



AS GUERRAS DE INDEPENDÊNCIA NO ROMANCE HISTÓRICO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO: CONFLITOS, FISSURAS, DISSENÇÕES

ESTEVES, Antônio R. (UNESP-ASSIS)
aesteves26@uol.com.br

RESUMO: Setores tradicionais da historiografia brasileira, na linha da famosa cordialidade desse povo, tão mentada por importantes setores da intelectualidade nacional, costumam apresentar o processo de independência do país como pacífico. No dia sete de setembro de 1822, o Príncipe herdeiro português proclamou a independência do novo país e instaurou o regime monárquico que durou até 1889. Manteve, com esse ato, sob sua coroa o imenso território que hoje constitui o Brasil. Na verdade, o processo de construção do estado brasileiro não foi tão pacífico como costumam contar em muitos livros escolares de história nem tampouco deixou de colecionar conflitos ao longo de cerca de um século. Nas últimas décadas, historiadores e romancistas vêm se encarregando de apontar as fissuras e dissensões desse processo. A história, desse modo, aparece reescrita em vários romances com diferentes paradigmas textuais. Nesse contexto, o presente trabalho aponta como três escritores contemporâneos trataram de aspectos das guerras de independência. Assim, a leitura de *Viva o povo brasileiro* (1984), de João Ubaldo Ribeiro; *Lealdade* (1997), de Márcio Souza e *Anita* (1999), de Flávio Aguiar, demonstra como a literatura pode ler de modo privilegiado os signos da história.

PALAVRAS-CHAVE: romance histórico brasileiro contemporâneo; releituras da história; guerras de independência no Brasil.

RESUMEN: Sectores tradicionales de la historiografía brasileña, siguiendo la idea de la cordialidad de ese pueblo, defendida por importantes intelectuales, suelen presentar la independencia del país como un proceso pacífico. El siete de septiembre de 1822, el hijo del rey de Portugal, que entonces vivía en Brasil, proclama la independencia del nuevo país e instaura un régimen monárquico que perdura hasta 1889 y mantiene unido en esa corona la inmensa extensión territorial que constituye actualmente el país. En realidad el proceso de construcción del estado brasileño no fue tan pacífico como cuentan los manuales de historia ni tampoco dejó de cosechar conflictos a lo largo de casi un siglo. En las últimas décadas historiadores y novelistas se han encargado de apuntar fisuras y disensiones en dicho proceso. La historia aparece así reescrita en varias novelas, desde paradigmas escriturales diversos. En ese sentido, el presente trabajo muestra como tres escritores trataron de aspectos de las guerras de independencia en el país en novelas históricas.

La lectura de *Viva o povo brasileiro* (1984), de João Ubaldo Ribeiro; *Lealdade* (1997), de Márcio Souza e *Anita* (1999), de Flávio Aguiar, muestra como la literatura puede leer de modo privilegiado los signos de la historia.

PALABRAS CLAVE: novela histórica brasileña contemporánea; relecturas de la historia; guerras de independencia en Brasil.

A INDEPENDÊNCIA E A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO: ELIMINANDO DISSONÂNCIAS

Setores da historiografia tradicional brasileira, ao longo do tempo, dedicaram-se a construir e a reiterar um discurso hegemônico que corrobora alguns pilares básicos que marcariam a especificidade do país diante de seus vizinhos hispano-americanos. Um deles é a unidade territorial. Costuma-se reiterar que os brasileiros foram responsáveis por penetrar interior adentro, expandindo as fronteiras para muito além do que determinava o tratado de Tordesilhas (1494), firmado entre portugueses e espanhóis no início da ocupação das novas terras descobertas pelas duas potências marítimas no Novo Mundo. Na verdade, mais da metade da dimensão quase continental do país está localizada em territórios que inicialmente eram possessão espanhola, fato que se deve ao espírito expansionista dos mestiços da antiga colônia lusitana.

Da mesma forma, costuma-se reiterar que um território tão vasto apenas permaneceu unido em torno de um único centro graças às estratégias de suas elites políticas, principalmente no período posterior ao processo de independência. Da mesma forma, o processo de independência, resultado de um acordo entre as oligarquias locais e o Príncipe herdeiro português, com a conseqüente instalação de um império em terras tropicais, ao contrário dos vizinhos, que preferiram o regime republicano, serve para explicar a manutenção dessa unidade territorial e cultural.

Historiadores e sociólogos também acabaram construindo e consolidando um discurso que se fez hegemônico, que atribui à cordialidade do brasileiro, resultado de um equilibrado processo de mestiçagem, a homogeneidade da cultura brasileira, fato que acabaria garantindo a concórdia nacional e o bem estar social. Tal discurso homogeneizante trata de, se não apagar, pelo menos desqualificar qualquer movimento que tenha atentado contra a unidade territorial ou cultural, ou que explicita os conflitos sociais e/ou raciais, que não foram poucos e ocorreram ao longo de boa parte da história do país.

O episódio da independência está inserido nesse discurso. Apesar de que, em geral, a administração portuguesa não tenha sido tão centralizadora como se supõem e que os episódios de reação à ocupação portuguesa e sua presença nessas terras seja mais frequente do que se costuma contar em nossos manuais de história, é consenso que o processo de independência tenha sido pacífico.

Na verdade, esse processo é resultado da expansão napoleônica ocorrida na Europa pós Revolução Francesa, nos primeiros anos do século XIX. Tradicional aliado dos ingleses, Portugal foi invadido pelos exércitos franceses em 1808, o que fez com que, ao contrário do que fizeram seus parentes espanhóis, a família real portuguesa optasse, por pressão e com ajuda dos ingleses, a fixar-se em sua principal colônia.

Com a chegada da família real ao Rio de Janeiro, transformada em capital provisória do reino, o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido a Portugal. Mais tarde, com a derrota de Napoleão Bonaparte, as cortes portuguesas, dominadas pelos liberais, redigiram a primeira constituição do país, exigindo o imediato regresso do rei à Metrópole e devolvendo ao Brasil a sua condição de colônia. Ao retornar à Europa em 1820, o rei D. João VI deixou no Brasil seu filho Pedro, herdeiro da coroa. A oligarquia conservadora brasileira, para não perder os muitos privilégios adquiridos com a presença da corte por aqui, estabeleceu um pacto com o jovem Príncipe, propondo a criação de um novo país do qual ele seria Imperador.

Oficialmente, de acordo com o discurso hegemônico tradicional, a Independência do Brasil ocorreu no célebre grito de sete de setembro de 1822. No entanto, nem todas as regiões acataram a decisão articulada no Rio de Janeiro. Os militares portugueses da Bahia resistiram até o ano seguinte, o mesmo ocorrendo com os do Grão-Pará. Em Pernambuco estourou um movimento republicano em 1824, assim por diante. É claro que tais movimentos foram sufocados com grande violência pelas tropas do Imperador. A índole intransigente de D. Pedro I e seu caráter folgazão acabaram por enfrentá-lo com a mesma oligarquia com quem tinha pactuado. Essa disputa, entretanto, foi vencida pelas classes dominantes do novo país, que levaram o Imperador a abdicar do trono em favor de seu filho de apenas cinco anos e regressar a Portugal, onde morreu poucos anos depois, ainda na flor da idade.

As diferenças locais então afloraram e o período da regência, antes que um golpe de estado antecipasse a decretação da maioria do imperador, foi bastante conflituoso. Entre 1831 e 1840, quando D. Pedro II foi coroado aos quatorze anos de idade, o Brasil, viveu em diversos pontos de seu território, diversas rebeliões e guerras civis, algumas das quais longas e sangrentas. Todas foram vencidas pelo

governo central e teve início, então, o período da consolidação da unidade nacional. A chegada da república em 1889, depois de quase meio século de reinado de D. Pedro II, encontrou o país já sem escravos, libertados no ano anterior, e preparado para ingressar na modernidade, principalmente econômica. Da mesma forma, consolida-se o projeto cultural do país.

Nas últimas décadas, diversos historiadores e romancistas vêm se dedicando à tarefa de apontar as fissuras e dissensões no processo da independência. A história aparece, então, reescrita em vários romances por meio de paradigmas escriturais diversos. O presente trabalho mostra como três escritores brasileiros contemporâneos trataram de aspectos das guerras de independência em seus romances. A leitura de *Viva o povo brasileiro* (1984), do baiano João Ubaldo Ribeiro; de *Lealdade* (1997), do amazonense Márcio Souza e *Anita* (1999), do gaúcho Flávio Aguiar, demonstra como a literatura pode ler de modo privilegiado os signos da história, de acordo com a feliz expressão usada por Heloisa Costa Milton (1996), ao tratar das relações entre história e literatura.

O FUTURO BARÃO DO IMPÉRIO À SOMBRA DA JAQUEIRA OU DA TARDIA INDEPENDÊNCIA DA BAHIA

Pode-se dizer que *Viva o povo brasileiro* (1984), de João Ubaldo Ribeiro, seja um *roman-fleuve* (MOISÉS, 2004, p. 407), que à semelhança do curso de um imenso rio, através da sucessão da história de várias gerações, conta a própria história do Brasil. Para ser mais exato, conta a história do povo brasileiro pela metonímia de dois núcleos familiares originados na ilha de Itaparica, no recôncavo baiano. Assim, ao longo de mais setecentas páginas, desfilam ante os olhos do leitor acontecimentos que abrangem praticamente toda a história do país, desde o século XVII até a última ditadura militar do século XX. Esses acontecimentos, como se fossem um imenso desfile de carnaval, plenos de elementos paródicos, tentam representar, não sem certo maniqueísmo por parte da voz narrativa, aquilo que o escritor considera ser a essência do povo brasileiro. Tempos e espaços, que tratam de obedecer a uma lógica diversa do racionalismo cartesiano que marca boa parte da cultura ocidental, se entrecruzam tendo como sustentação a concepção temporal cíclica advinda da cosmogonia do Candomblé, marca importante da cultura daquela parte do país.

De certa forma, o romance trata de corroer os pilares da história hegemônica, em geral escrita pelos brancos vencedores, e apeia de seus pedestais os falsos

heróis erigidos por uma casta econômica e social que, para manter seus privilégios, não hesita em falsear os fatos. A narrativa tenta, enfim, colocar em cena os verdadeiros protagonistas da formação do povo brasileiro. Desde o princípio, os protagonistas dessa espécie de epopeia ao revés são personagens populares, embora os episódios da história nacional e regional formem uma espécie de pano de fundo para guiar o leitor ao longo da história do país, como ensina o modelo clássico do romance histórico consolidado desde o início do século XIX.

Para este trabalho interessa o primeiro capítulo do romance, que trata de um episódio da independência da Bahia, ocorrida em 1823, quase um ano depois do mentado Grito do Ipiranga. Nesse sentido, adquire especial relevância o fato de o relato começar *in media res*: o romance começa com o episódio da independência, para depois voltar aos acontecimentos do período colonial.

No processo de construção/desconstrução dos heróis da independência da Bahia, o romance trata de dois personagens. O primeiro deles, o alferes José Francisco Brandão Galvão, cujo nome altissonante já faz parte do processo paródico, transforma-se em herói por acaso e merece que lhe dediquem uma tela e que lhe levantem uma estátua em sua natal ilha de Itaparica. Morreu na flor da idade, sem saber porque, vítima de um disparo de um barco português que o atingiu quando ele caminhava tranquila e distraidamente pela praia. Sua alma levanta voo e dá continuidade a uma genealogia popular que povoa toda a narrativa, chegando até o século XX.

No outro extremo, o português Perilo Ambrósio Góes forja seu heroísmo ao matar um escravo, empapando-se com seu sangue, para falsificar as feridas que não tem, uma vez que acompanhou a principal batalha da luta da independência desde longe, descansando tranquilamente à sombra de uma jaqueira. Além disso, ele constrói um falso relato de sua participação heroica e não hesita em cortar a língua de outro escravo, que tinha sido testemunho de tudo. Assim, o romance de João Ubaldo Ribeiro ensina que o heroísmo da classe dominante é duplamente construído de modo falso: com o sangue e com o emudecimento das classes dominadas.

Como se isso fosse pouco, Perilo Ambrósio não duvida em trair sua própria família, de origem portuguesa, para apossar-se de suas propriedades e agradar às novas autoridades brasileiras. Com esse duplo ato de traição, o português muda de lado e se transforma em brasileiro, rico e poderoso. Como prêmio, pelo heroísmo e pelas doações, ele recebe um título de barão do Império do Brasil e funda uma das genealogias cuja história o romance conta: a dos dominadores, evidentemente.

A narrativa descortina, com várias tonalidades de ironia e paródia, algumas das quais bordeiam o puro grotesco, uma história falsa, construída pela oligarquia local, baseada na elaboração de falsas genealogias, manipuladas de acordo com o

modelo europeu e o desejo de criar origens nobres e tradicionais. Pelo lado dos oligarcas se constrói uma identidade falsa baseada não apenas na expropriação de negros e mestiços, sejam escravos ou livres, mas também pelo roubo, pela corrupção e pelos crimes de diversas espécies.

No entanto apesar de todo seu esforço, Perilo Ambrósio, o barão de Parapuama, é estéril e morre sem deixar herdeiros. Sua riqueza é apropriada, também por meio de uma série de armadilhas, por seu contador Amleto Ferreira-Dutton, personagem por meio do qual o narrador ironiza a elite econômica baiana do século XIX, fundada no falseamento: a riqueza conseguida por meio de negociatas e a genealogia construída de modo artificial. O mulato bastardo Amleto inventa para si uma origem inglesa e cria um sobrenome, apagando de suas origens a mãe negra e disfarçando de modo grotesco seus traços físicos. Casa sua filha com um enteado incompetente do estéril barão de Parapuama, selando a relação entre as duas famílias. Perfeita união entre a riqueza expropriadora e as grandes negociatas realizadas com ações cartoriais, sagrada pelo título de nobreza do império brasileiro.

A carnavalização, comum no romance histórico contemporâneo, contribui para a inversão dos valores, sinalizando para uma releitura crítica da história, com o objetivo de manter viva a chama da memória cultural. Assim, ela está presente em todo o romance. O festim pantagruélico, nas pegadas de Bakhtin, é trabalhado de modo ambivalente: quando se trata das elites, o grotesco carnavalizado leva a um sentido por negação. O barão de Parapuama, por exemplo, é sempre associado a uma figura grotesca, balofa, lambuzado de comida e sexo. Ele surge no primeiro capítulo, "sentado embaixo de uma jaqueira, com as pernas esticadas e abertas, comendo um pão de milho e dando dentadas enormes num pedaço de chouriço assado" (RIBEIRO, s.d., p. 20), observado pelos escravos famintos, que sofrerão a ação de suas maldades.

Não apenas comilança desenfreada, mas também a associação ao sexo e às zonas baixas do corpo está presente. Já na primeira aparição ele passa "a mão gorda e peluda pelo traseiro de Feliciano", dizendo "pois destes cus da tua família ainda não tive o meu quinhão completo, e chegará o dia em que te chamarei a meu quarto para que te ponhas de quatro e te enfie essa chibata pelo vaso de atrás, que nisso há de ser bom." (RIBEIRO, s.d., p. 20). Há que se recordar que a pouca distância dali se desenvolve a épica batalha da independência da Bahia. Duplamente grotesco: comilão e invertido, o que não impede, no entanto, que o barão passe o tempo estuprando as escravas. Pela boca ele morrerá, envenenado aos poucos pelas artes de uma de suas escravas ultrajadas.

Enfim, tais episódios da tardia e pouco heroica independência da Bahia, que

em muito pouco coincidem a história hegemônica nacional, são os pórticos que João Ubaldo Ribeiro usa para introduzir o relato da saga do povo brasileiro, uma história prenhe de sofrimentos e tentativas de camuflar a presença do sangue africano nas famílias oligárquicas, cuja riqueza econômica, no entanto, se constrói a partir da exploração do trabalho desses escravos.

LEALDADE A PORTUGAL OU UMA REPÚBLICA AMAZÔNICA?

“Um país morreu para que nascesse o Brasil”: esta enigmática frase aparece na capa de *Lealdade* (1997), de Márcio Souza, conhecido por tratar em suas obras, de maneira nada reverente, episódios da história de sua região de origem, a Amazônia brasileira. Este romance é o primeiro de uma anunciada tetralogia ainda não concluída, as *Crônicas do Grão Pará e do Rio Negro*, na qual o escritor amazonense pretende contar a história da incorporação dos atuais estados amazônicos ao Império do Brasil, durante a primeira metade do século XIX. Nessa primeira entrega conta-se o que Márcio Souza chama de “anexação do território do Grão Pará ao Brasil”, episódio que a história hegemônica brasileira costuma tratar como “a expulsão dos portugueses do Pará”.

Nascida sob o signo das lendárias mulheres guerreiras, a região amazônica foi explorada inicialmente pelos espanhóis, uma vez que seu território pertencia integralmente à coroa castelhana, de acordo com o tratado de Tordesilhas. Mais tarde foi ocupada pelos portugueses que subindo o emaranhado de seus rios, o Amazonas e seus afluentes, foram plantando marcos e fundando vilas. Com o Tratado de Madri, em 1750, que garantiu a Portugal o efetivo domínio dessa região, em 1751 a administração portuguesa dividiu seus domínios sul-americanos em dois estados independentes entre si e diretamente subordinados a Lisboa: o estado do Grão Pará e Maranhão, com capital na cidade de Belém do Pará e o estado do Brasil, com capital no Rio de Janeiro. Em 1772, um novo desmembramento fez surgir o estado do Grão Pará e do Rio Negro, mantendo a capital na cidade de Belém.

Com a instalação da família real portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, se unificam os três estados então existentes, no Reino do Brasil, unido ao de Portugal e Algarves. No entanto, com a independência do Brasil em 1822, os portugueses do norte, Pará e Maranhão, não apenas as autoridades portuguesas que viviam na região, mas boa parte da população que era lusitana, negam-se a obedecer às novas autoridades, preferindo receber ordens diretamente de Lisboa, à qual estavam melhor integrados. Foi necessária uma forte intervenção das tropas do Rio de Janeiro,

derrotando o exército português e seus aliados locais, para que a região fosse integrada de fato, não sem resistência nos anos seguintes, ao Império do Brasil.

Para contar esta história, Márcio Souza cria o personagem Fernando Simões Correia, um paraense ilustrado, educado em Coimbra e conhecedor dos ideais da Revolução Francesa. O relato da história de Fernando está dividido em três partes. A primeira se ocupa dos acontecimentos ocorridos entre 1783 e 1810, época em que estava em vigor o estado do Grão Pará e do Rio Negro. A segunda vai de 1810 a 1821 e praticamente coincide com a presença da família real portuguesa no Rio de Janeiro. A última parte centraliza-se em 1823, com a atuação brutal das tropas brasileiras na cidade de Belém, cujo significativo título é “O trágico ano de 1823”.

Em sua descrição, o narrador traça com cores fortes o desenho das lutas internas em Belém, cuja população dividia-se em três grupos diferentes: partidários da integração ao Brasil; defensores da manutenção dos portugueses e um terceiro grupo, ao qual pertence o protagonista, que prefere a criação de um novo país na região amazônica. Desse modo, o romance soa anacronicamente como o relato de uma utopia que poderia ter se realizado, mas não foi.

O Grão Pará que o narrador apresenta no romance, e que o escritor costuma defender em seus ensaios (SOUZA, 2004), é uma sociedade baseada na manufatura de produtos locais e seu comércio com a Europa, resultado do projeto que o Marquês de Pombal tentou implantar na região, na tentativa de integrá-la, bem como o reino português, à primeira revolução industrial. Essa sociedade praticamente desconhecia o trabalho escravo, o latifúndio ou a monocultura, as grandes máculas que o narrador atribui à sociedade do Império do Brasil. Predominavam, além de pequenos proprietários; coletores de matérias primas da selva amazônica, a borracha e as famosas drogas do sertão; manufatureiros, transformadores dessa matéria prima; trabalhadores de estaleiros para construção de barcos; e, sobretudo, as atividades comerciais. O narrador trata de pintar, com cores suaves, um quadro que reproduz uma sociedade feliz que é abruptamente desequilibrada com a chegada dos “mercenários” a serviço do Império Brasileiro, dispostos a transformar a região em uma espécie de periferia degradada à margem do Império.

O chefe das tropas brasileiras é um mercenário inglês, dos muitos contratados pelo novo império para suprir a existência de um exército regular, o marinheiro John Grenfell (1800-1869), famoso pela violência com que resolvia os problemas. Os massacres perpetrados em Belém ficaram na memória histórica local, embora seja um capítulo esquecido da história do Brasil. O mais importante desses acontecimentos que passou à história como “o massacre do Brigue Palhaço”, conta como 252 paraenses, principalmente negros, caboclos e indígenas, foram jogados

no porão do referido barco, onde morreram sufocados, sem a menor piedade por parte do almirante inglês. Trata-se de um dos episódios mais impressionantes do romance, contra o qual o protagonista e seus amigos nada puderam fazer.

Ao lado de personagens ficcionais, como Fernando, ou sua amada, a francesa Simone, surgem personagens históricos imortalizados nos turbulentos tempos da “Adesão do Pará” ao Brasil. Entre os personagens históricos, o mais importante é sem dúvida o Cônego Batista Campos (1782-1834), que na narrativa é amigo de Fernando. Esse religioso jacobino era um árduo defensor da liberdade da região, a quem o sanguinário Grenfell amarra à boca de um canhão, do qual só escapa pela interferência das autoridades locais. Esse fato, que é histórico, aparece reconstruído no romance com tanto realismo que o leitor menos versado na história da região, poderia pensar tratar-se de pura ficção.

As ideias revolucionárias importadas da França entraram no Pará mais que pelo contato direto da elite ilustrada que estudava na Europa, pela Guiana Francesa, região ocupada pelos portugueses, e seus sócios brasileiros, como represália à invasão de Portugal por Napoleão. O exército luso ocupou Caiena entre 1809 e 1817 e na ficção de Márcio Souza Fernando faz parte das tropas de ocupação. Ali ele conhece o Agente do Diretório Revolucionário Francês, Victor Hughes (1762-1826), que tinha aparecido como um dos protagonistas do romance *El siglo de la luz*, de 1962, de Alejo Carpentier, um dos fundadores do novo romance histórico hispano-americano. Disso se aproveita o escritor amazonense, prestando uma espécie de homenagem intertextual ao célebre escritor cubano, ao fazer com que Fernando conheça Simone, a filha de um certo Dr. Carpentier, médico francês, pela qual ele se apaixona e com quem estabelece interessantes diálogos em que discutem a situação política do momento.

Os brasileiros finalmente vencem os conflitos do Pará de 1823 e instalam no poder o representante do Imperador Pedro I. A situação, no entanto, era tensa e não se resolveu. Uma década mais tarde, entre 1835 e 1840, explode na região uma forte rebelião popular, que se transforma numa feroz guerra civil, conhecida como *Cabanagem*, consequência da desintegração econômica da região, causada pela integração ao Brasil. Novamente o Rio de Janeiro intervém violentamente, dizimando quase um quarto da população da região, de acordo com os historiadores locais. Esse novo acontecimento, no entanto, será o núcleo central do segundo romance da tetralogia de Márcio Souza, uma vez que Fernando, o protagonista de *Lealdade* tinha morrido no conflito anterior.

MULHERES, NEGROS E MULATOS NA REVOLUÇÃO FARROUPILHA OU DE COMO ANITA CONHECE GARIBALDI E VAI COM ELE PARA A ITÁLIA

O extremo sul do território brasileiro tinha sido, durante todo o período colonial, palco de uma série de conflitos na infrutífera tarefa de fixar as fronteiras entre os “castelhanos” e os portugueses. Trata-se de um território que, também originalmente domínio dos espanhóis de acordo com as fronteiras de Tordesilhas, teve fronteiras marcadas e remarcadas em várias ocasiões, criando na pouca população local uma grande incerteza com relação a que autoridades deveriam obedecer de acordo com o momento histórico. A região apenas passaria a integrar oficialmente o domínio português a partir do Tratado de Madri, de 1750, consolidado pelo Tratado de San Ildefonso, de 1777, assinado já depois da derrota dos guaranis das missões jesuíticas, praticamente exterminados pelas tropas luso-espanholas em uma sangrenta e pouco conhecida guerra que assolou a região entre 1750 e 1756.

Costuma-se dizer que os habitantes do atual estado do Rio Grande do Sul foram fundidos pela força das armas e pelas constantes correrias entre os dois lados de uma fronteira bastante móvel. Isso também fez com eles sempre olhassem com extrema desconfiança as distantes autoridades do Rio de Janeiro, uma vez implantado o Império do Brasil.

Entre 1835 e 1845, a região viveu a mais longa e sangrenta das guerras civis do país: a Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos. Se o conflito foi um movimento separatista organizado pelos caudilhos locais ou se foi uma rebelião em defesa dos interesses da liberdade econômica da região, tradicionalmente sempre mais integrada ao mercado dos vizinhos do sul que à distante capital do Império, depende da leitura que se faça. Há versões para todos os gostos, embora mais recentemente historiadores, principalmente associados ao eixo hegemônico central, tendem a ler o movimento como defesa de interesses econômicos locais, sem real intensão separatista. Do ponto de vista local, no entanto, o movimento criou todo um imaginário que apontam para as diferenças com relações ao centro do país, não escapando, inclusive, de reduzidas leituras separatistas. Isso, no entanto, não elimina a importância do movimento, nem muito menos diminui a violência e a perfídia, cuja memória segue viva, plena de acontecimentos, ora marcados pelo heroísmo, ora marcados pela desgraça e pelo sofrimento.

O italiano Giuseppe Garibaldi (1807-1882), futuro herói da guerra de unificação de seu país, na época exiliado na região, teve uma participação na Guerra dos Farrapos, que costuma ser pintada com cores mais fortes do que em realidade mereceria. Durante a ocupação de Laguna, no atual estado de Santa Catarina, com a

criação da República Juliana (1836) aliada aos rebeldes gaúchos, o rebelde conheceu uma jovem local que o acompanhou até o fim de seus dias e que passou à história como a “heroína dos dois continentes”. Idealizada pelo marido em suas memórias, dele ela herdou nome e fama. A obscura Ana Maria de Jesus, da qual pouco se conhece antes de conhecer ao famoso italiano, passou à história como Anita Garibaldi (1821?-1849) e entrou para a literatura como protagonista de uma série de romances históricos, escritos nas várias línguas das regiões por onde passou: Brasil, Argentina, Uruguai e Itália.

Assim, a jovem brasileira que seguiu o amado desde a pequena Laguna em que vivia quando o conheceu, para ir morrer na distante Itália, sai das páginas da história para ocupar o protagonismo em *Anita*, romance de Flávio Aguiar, publicado em 1999. Na história de Anita, de seus amores com Garibaldi e da participação de ambos na guerra dos esfarrapados gaúchos em defesa de uma república contra o Império brasileiro, Flávio Aguiar se vale de um foco diferenciado. O narrador do romance é um certo Costa, mulato alfabetizado e culto, que participa das mesmas aventuras sempre ao lado do casal e, que tendo sobrevivido a ambos, rememora os fatos em sua velhice.

Além do constante jogo metaficcional, uma vez que o que o leitor tem diante dos olhos seriam as memórias apócrifas de Costa, a narrativa também se dedica a discutir a história de Garibaldi e de sua participação nas guerras da região da bacia do Prata, nelas incluída a Guerras dos Farrapos brasileiros. Discute, sobretudo, as versões hegemônicas de várias histórias e, sobretudo o cânone literário brasileiro do século XIX.

O fato de contar um período da história brasileira e do cânone literário brasileiro sob o ponto de vista de um africano culto e alfabetizado, constitui-se numa clara inversão. Também contribui nesse processo de descentralização o fato de tratar de uma mulher analfabeta que abandonou um marido e seu país para seguir o amado revolucionário. Trata-se, enfim de uma interessante inversão de focos, que pode trazer uma revisão da história brasileira do século XIX. Nesse contexto, aparece a Guerra dos Farrapos, cujos protagonistas, incluindo o celebrado Bento Gonçalves (1788-1847) e os não menos heroicos David Canabarro (1796-1867) e o General Neto (1803-1866), caudilhos do Rio Grande, são apeados de seus pedestais e aparecem pintados com cores fortes, às vezes na grandiosidade de sua humanidade, outras vezes na pequenez de atos sórdidos que costumam ser frequentes em uma guerra.

Por outro lado, o romance conta os episódios da Revolução Farroupilha, colocando o foco, não no revolucionário italiano, mas em uma mulher, oriunda de

uma região periférica, para ser mais exato, da periferia da periferia, que é o que representa Laguna, na primeira metade do século XIX, não já com relação a Paris, o centro do mundo, mas com relação à própria Itália, então em processo de unificação, ou mesmo em relação à capital do Império Brasileiro, a provinciana cidade do Rio de Janeiro.

Da mesma, outra categoria de ex-cêntricos ocupa o centro do romance: negros e mulatos. Anita, no romance aprende a ler pelas mãos de Costa, o mulato alfabetizado. No exército farroupilha, o romance dá destaque ao “Corpo de Lanceiros Negros”, comandado pelo abolicionista Teixeira Nunes (1802-1844), formado em sua maioria por negros e mulatos que lutavam por sua liberdade e por uma sociedade mais igualitária. Da mesma forma, o romance dá certo protagonismo para as “soldadeiras”, essas mulheres que acompanhavam seus companheiros durante as marchas e as batalhas e que eram praticamente responsáveis por boa parte da logística, quando não lhes tocava também pegar em armas.

Enfim, o romance de Flávio Aguiar cumpre aquilo que Linda Hutcheon (1991) aponta como uma das marcas da pós-modernidade, em especial da metaficção historiográfica: o herói tradicional é desalojado de seu pedestal e o protagonismo passa para os antes marginalizados, figuras periféricas da história hegemônica que abandonam sua posição ex-cêntrica para ocupar o centro da história.

Isso se faz com relação a um acontecimento histórico que costuma ser tratado pela história, não apenas pela história hegemônica da capital da nação, o Rio de Janeiro, mas especialmente pela história do Rio Grande do Sul, com fortes traços épicos. O contexto local costuma exaltar de modo exagerado os heróis gaúchos, uma espécie de centauros da pampa, símbolo máximo do machismo e do patriarcalismo branco. No contexto nacional, não se pode esquecer que o vencedor dos farroupilhas é o futuro duque de Caxias, profissional em derrotar insurreições ao longo do Império, que mais tarde será o patrono do exército nacional. Na galeria desses personagens, quase sempre duplamente montados, em seus cavalos e em seus altos pedestais, não havia lugar nem para os lanceiros negros do major Teixeira Nunes, nem para as soldadeiras que acompanhavam seus homens pelos campos de batalha.

A MODO DE CONCLUSÃO

Nas últimas décadas pode-se constatar, em várias literaturas, por diferentes motivos, a proliferação de romances que, de alguma forma, trazem fatos e personagens

históricos para o centro de suas ações. Trata-se de uma tendência universal que, no entanto, tem especial relevância nas literaturas latino-americanas dentre as quais a brasileira.

Independente de se poder traçar uma genealogia para esse tipo de romance, buscando suas origens no romance histórico do século XIX, como fazem muitos estudiosos da questão; ou de circunscrever o fenômeno diretamente na pós-modernidade, usando o conceito de metaficção historiográfica de Linda Hutcheon (1991), não se pode negar a importância dessa releitura da história proposta pelo romance. Da mesma forma, tem pouca relevância classificar esse tipo de narrativa em variadas subcategorias, como "romance histórico"; "novo romance histórico"; "narrativa histórica" ou "ficção histórica", entre outras. Por ser mais abrangente, usamos a designação geral "romance histórico", acrescida do modificador "contemporâneo", para localizá-la em relação o momento em que fala. De certo modo, esse qualificativo também serve para sinalizar que essa modalidade de romance histórico, mesmo quando ainda se valha de certas características que já lhe eram pertinente quando do surgimento do gênero, ainda durante a vigência do romantismo das primeiras décadas do século XIX, o faz em outro momento histórico, outro contexto, nos quais nem o conceito de histórica, por mais factual que seja, nem o romance, por mais preso à realidade que esteja, já não são os mesmos.

Escritores da segunda metade do século XX, por mais que pretendam, por sua particular visão de história e por suas crenças com relação ao papel da literatura, dirigir a leitura de suas obras, são conscientes do caráter pouco efetivo desse desejo. Em tempos de pós-modernidade, de pós-estruturalismo, de desconstrutivismo, e de uma quase predominância do elemento cultural em geral sobre o estritamente literário, não se pode prescindir da liberdade que ampara o leitor. Mesmo em obras nas quais o narrador (e eventualmente o autor, que pode fazer daquele uma espécie de *alter ego* de si mesmo) pretenda direcionar a leitura, não se pode ignorar o caráter polifônico, não apenas do romance em si, mas do próprio discurso. O pacto de leitura, enfim, acaba predominando e dessa negociação, necessária e enriquecedora, entre o texto (e por trás dele seu eventual emissor), plurissignificativo sempre, e o olhar do leitor, no qual interferem sua experiência e o universo em que está inserido, acaba resultando a significação do texto literário.

As histórias de que tratam os romances brevemente comentados, no bojo de suas contradições, indicam caminhos possíveis pelos quais os leitores podem reescrever a história do país. Expondo as fraturas dos discursos hegemônicos pela ação da paródia, da carnavalização e dos diálogos intertextuais assentados na ironia, os narradores põem por terra as máscaras do caricato discurso patrioteiro. Fazem

descer os heróis de seus altos pedestais vazios, aos quais tinham sido elevados pelos guindastes das classes dominantes como forma de garantir com mais facilidade o controle da população em geral.

O significado da cultura brasileira surge assim dos interstícios dessas leituras, que translada o valor para heróis anônimos, surgidos do sofrimento e da opressão. São os ex-cêntricos, verdadeiros heróis que construíram esse país heterogêneo e mestiço que é o Brasil. Pode parecer uma leitura ingênua e utópica, dirigida de modo monofônico. Entretanto, no complexo tecido narrativo sempre surgem fissuras que estilhaçam as verdades monolíticas, instaurando, em seu lugar, verdades individuais através das quais os brasileiros podem encontrar uma identidade possível, uma identidade cambiante e móvel, é bem verdade, mas que servem para elucidar suas dúvidas momentâneas. E que, principalmente, mantenha viva a chama da memória, espantando para longe o fantasma do esquecimento.

Ao fazer o leitor penetrar no mundo fantástico da ficção que recria o passado, estes romances tentam indicar caminhos que não devem ser trilhados, ou caminhos que podem ser trilhados, sugerindo por exclusão as opções mais plausíveis para se chegar a um mundo utópico onde não haja a exploração do homem pelo homem. E mesmo que o leitor prefira não seguir por essas sendas, ao regressar da viagem pelo mundo da fantasia, estará mais preparado para suportar a realidade que o cerca e quase nunca se aproxima de seus desejos. Melhor preparado, ele poderá, de modo mais consciente, escolher qualquer outro caminho. Até mesmo começar a trabalhar para a mudança dessa realidade com a qual não está de acordo.

NOTAS

* Professor Livre Docente da FCL-UNESP-ASSIS, onde atua nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Letras.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Flavio. *Anita*. São Paulo: Boitempo, 1999.
BAKHTIN, MIKHAIL. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. Trad. Yara F. Vieira, São Paulo: HUCITEC, 1987.
ESTEVES, Antônio R. *O romance histórico brasileiro contemporâneo (1975-2000)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*. Trad. R. Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record; Altaya, [s.d.].
MILTON, Heloisa Costa. O romance histórico e a invenção dos signos da história. In CUNHA, E. L.; SOUZA, E. M. de (Orgs.). *Literatura comparada: ensaios*. Salvador: EDUFBA, 1996.
MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 2004.
SOUZA, Márcio. *Lealdade*. São Paulo: Marco Zero, 1997.
SOUZA, Márcio. A literatura na Amazônia: as letras na pátria dos mitos. *Coluna Literatura*. 2004. Em http://www.marciosouza.com.br/interna.php?nomeArquivo=coluna_literatura. Acesso 26 nov 2010.

Data de recebimento: 08/07/2010

Data de aceite para a publicação: 28/10/2010.

SOBRE O AUTOR:

Antônio Roberto ESTEVES é Mestre em Letras (Literatura Brasileira, IBILCE-UNESP-S. J. RIO PRETO, 1990); Doutor em Letras (Literaturas de Língua Espanhola, USP, 1995) e Livre-Docente em Literatura Comparada (UNESP-ASSIS, 2006). Professor da FCL-UNESP-ASSIS, onde atua nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Letras, dedica-se às Literaturas de Língua Espanhola, Literatura Comparada e Estudos Culturais. Foi professor visitante entre 2002 e 2003 no Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Salamanca, na Espanha. Tradutor e ensaísta, possui dezenas de artigos publicados em vários países, em especial sobre as relações entre literatura e história. Dentre seus livros se destaca *O romance histórico brasileiro contemporâneo (1975-2000)* (São Paulo, Editora da UNESP, 2010).